

## O caso Humberto Delgado

# Henrique Cerqueira justifica a publicação do livro «Acuso»

- O autor está disposto a assumir todas as responsabilidades
- Delgado tinha decidido que fosse o almirante Ramos Pereira a suceder-lhe na Presidência do Movimento

“O cadáver que apareceu em Badajoz não era o do general Humberto Delgado” — sustenta o autor do livro “Acuso!”, Henrique Cerqueira, que se encontra à venda em todo o País.

O polémico livro foi ontem apresentado aos jornalistas na cidade do Porto pelo autor, que se encontrava acompanhado da mulher, D. Maria Helena Vilhena (viúva de Amílcar Cabral) e do dr. Paradelo de Abreu, único editor que, conforme referiu Henrique Cerqueira, teve a coragem de lhe publicar o livro, após longas diligências junto de numerosas editoras que se recusaram a fazê-lo.

Paradelo de Abreu, ao justificar esta sua nova edição, assinalou que ela se fazia de acordo com a Lei de Imprensa, com um autor referenciado com o seu verdadeiro nome, uma editora legalizada e uma tipografia identificada. Observou, porém, que dada a gravidade do tema admitia a possibilidade de poderem ser instaurados processos pelas personalidades visadas na documentação compilada neste volume e divulgada dois anos e meio após o 25 de Abril, quando o próprio autor começou a procurar tornar públicos textos que considera indispensáveis para o esclarecimento das circunstâncias em que veio a morrer Humberto Delgado.

Durante o longo encontro com os jornalistas, Henrique Cerqueira lembrou que lhe cabia a missão de denunciar as condições em que o general foi conduzido a Badajoz, na sequência das cisões registadas no seio do grupo de Argel, e as responsabilidades que cabem aos mais conhecidos membros da então oposição ao regime salazariano radicados no estrangeiro.

Henrique Cerqueira, que no final de 1961 saíu clandestinamente de Portugal, após seis meses de prisão iniciada em Angola, onde viveu durante mais de vinte anos e foi detido dias depois dos acontecimentos de 15 de Março daquele ano, veio a tornar-se num dos homens de confiança de Humberto Delgado, que lhe deu a guardar importantes documentos antes de partir para Espanha, em que lhe estava montada uma misteriosa armadilha.

## Mário Soares:

### «Grandezas e misérias da liberdade da Imprensa»

A propósito da publicação dada ao livro do eng. Henrique Cerqueira, o Mr-Ministro Mário Soares, em troca de impressões com os jornalistas, na viagem de regresso, estranhou a forma como um jornal estatizado noticiaria a publicação de “Acuso!”.

O dr. Mário Soares subli-

na conferência de Imprensa, foi denunciada a campanha de destruição do “General sem Medo”, iniciada em Praga no Verão de 1964, quando Delgado foi ali submetido a três estranhas operações cirúrgicas, que praticamente o tinham utilizado, a ponto de o general se ver obrigado a transferir-se imediatamente para Roma, na expectativa de poder ser ainda salvo. Como recordou Henrique Cerqueira, tais operações seguiram-se à II Conferência das forças que se opunham ao regime de Salazar, na qual se concluiu pelo caminho da luta armada que o PCP (um dos signatários da resolução) acabaria por recusar, alegando que em Portugal não existiam condições para isso, pelo que se imporia antes um “movimento de catequização das populações”.

Segundo o autor de “Acuso!”, em que são especialmente citadas catorze pessoas como figurando entre os implicados morais e materiais na morte de Humberto Delgado, “são três responsáveis os que mataram o general como os que puseram a sua cabeça no cepo”. Insistiu que elementos das forças revolucionárias no exílio estiveram interessadas na eliminação de Delgado. Inicialmente, pretendeu-se inutilizá-lo fisicamente (Praga). Depois, dispuseram-se a entregá-lo à PIDE.

É opinião de Henrique Cerqueira que, primeiro, se teve como objectivo servir-se do general e depois sacrificá-lo. Posteriormente, mudou-se de tática: sacrificá-lo para dele se servirem como bandeira. De resto, Henrique Cerqueira está certo de que o cadáver de Vila Nueva del Fresno não era o de Delgado, nem ele foi morto em 13 de Fevereiro de 1965, pois há provas de que em 21 e 23 de Março daquele ano se encontrava preso em Carabanchel. Por outro lado, os próprios médicos legistas espanhóis não o reconheceram e a família nunca viu o cadáver nem identificou os objectos que lhe foram mostrados. Além disso, o corpo encontrado era o de um indivíduo com 1,68 m, quando o general tinha 1 metro e 75. Referiu, todavia, ser muito natural que o corpo trasladado para Portugal é o do general, pois

admitiu a hipótese de ter sido substituído, uma vez que não há qualquer indício de ainda estar vivo. “Estou convencido — declarou — de que Delgado foi efectivamente morto, abatido pela PIDE. Mas afirmá-lo preempatoriamente é difícil, pois para mim não há provas conclusivas do cadáver, nem autópsia. Foi-me impedido de identificá-lo e a própria família também não o identificou”.

Henrique Cerqueira acusa o dr. Mário Soares de, como advogado da família, se ter recusado sempre a conhecer os documentos que o general lhe confiou, mas esclareceu que o líder socialista e Emídio Guerreiro se apoderaram de parte da documentação que existia na residência

de Delgado em Argel, nela devendo igualmente figurar a decisão do general de lhe suceder na presidência do movimento o almirante Ramos Pereira.

Especificou várias vezes que a sua missão visa contribuir para a exigência de um inquérito público nacional que esclareça todas as circunstâncias que levaram à tragédia de Badajoz, estando o autor disposto a assumir todas as responsabilidades.

No segundo volume, a sair no final do próximo mês, procurará mostrar os elos da cadeia e divulgar novos documentos e actos individuais, esperando finalmente que ninguém tenha medo de depor com liberdade sobre o caso Delgado.

## Decidido em ambiente de sigilo

### Congresso dos Sindicatos realiza-se no fim de Janeiro

Sem que mais uma vez os jornalistas tivessem acesso directo ao que se estava a passar, e, conforme rezam os estatutos internos da Intersindical, realizou-se durante o fim-semana, nas instalações da FIL, um plenário dos Sindicatos portugueses, convocado pela Comissão Nacional Provisória Organizadora do Congresso dos Sindicatos.

Assim, no que será amanhã mais explicado numa conferência de Imprensa, na sede da Intersindical, os dados que passamos a referir ou nos foram credenciados através de fotocópia ou se baseiam em informações que elementos ligados à organização da reunião prestaram a representantes da ANOP — os quais, como é evidente, também não estiveram presentes.

Com uma mesa formada por delegados de sindicatos afectos à linha da Inter, o encontro reuniu, segundo declarações prestadas pelos organizadores, 220 sindicatos e 58 uniões, secções e Federações sindicais. Estes sindicatos, segundo José Cartaxo, dos Metalúrgicos de Lisboa referiu à ANOP representam cerca de um milhão e 600 mil trabalhadores, e 153 são filiados na Intersindical e 77 não.

Sendo declarado aberto a todos os sindicatos não pareceu crível à partida que pudesse haver uma “conciliação” entre os pontos de vista dos sindicatos afectos à Intersindical e os subscretores da “Carta Aberta”, os sindicatos “democráticos”. Uma vez que não nos foi facultada a lista dos sindicatos presentes não pudemos identificar os sindicatos subscretores da

“Carta Aberta” que, na qualidade de participantes ou meros espectadores, estiveram presentes. No entanto, são ainda informações recolhidas pela ANOP, teriam estado seis subscretores da “Carta Aberta”.

Entretanto, ontem, foi aprovado, na generalidade e com 34 votos contra e 64 abstenções, o projecto de regulamento do congresso apresentado pela CNOP. Os votos a favor foram em número de 1.460 e “cada voto é proporcional a mil trabalhadores representados”.

A necessidade de unidade do movimento sindical e a reestruturação e reforço da Inter foram pontos prioritariamente debatidos, além do apoio ao projecto de regulamento do Congresso. Este projecto foi “aprovado por larga maioria” embora contenha algumas alterações.

A eleição da Comissão Nacional Organizadora Provisória conheceu duas listas proponentes, tendo saído vencedora a apontada pela CNOP em prejuízo de uma outra subscreta por vários sindicatos que não foram identificados. Da lista eleita constam 34 sindicatos, além do Secretariado de Intersindical e de um modo geral todos afectos à linha desta.

O Congresso dos Sindicatos ficou marcado para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro do próximo ano e a “extraordinária assistência” à reunião geral realizada no fim-de-semana foi justificada pela ANOP, eleita em 4 de Setembro deste ano, pelo “isolamento a que trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas que pretendem

instalar no movimento sindical português o divisionismo e abrir (...) as portas ao enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores, numa nítida manobra de apoio à recuperação capitalista e à travagem da construção democrática da nossa sociedade rumo ao socialismo expressamente consignada na Constituição da República Portuguesa”.

Quatro moções, foram entretanto aprovadas todas por aclamação e unanimidade: uma de apoio à Reforma Agrária, outra denunciando “as forças reacţionárias, comandadas pela CAP e pela CIP”, a terceira solidarizando-se com os trabalhadores da panificação e repudiando “a política antioperária do Governo e sobretudo do Ministério do Trabalho” e, a última insurgindo-se contra o decreto-lei sobre despedimentos.

Professores da Zona Norte dizem «não» à INTER

“Não aceitação do Secretariado da Inter, mesmo nos trabalhos preparatórios do congresso; e não participação no congresso sem garantias de democraticidade” — foi a proposta aprovada, por grande maioria, na Assembleia-Geral Extraordinária do Sindicato dos Professores da Zona Norte, reunida no pavilhão das Antas e hoje noticiada pela Imprensa local.

## Em Bari

### Costa Brás analisou o ordenamento territorial

Os problemas suscitados pelo êxodo rural, devido principalmente à corrente migratória portuguesa para países da Europa e pelo afluxo maciço dos desalojados das antigas colónias portuguesas, foram o tema central da intervenção do tenente-coronel Costa Brás, no último dia dos trabalhos da terceira sessão da conferência dos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território, que decorre em Bari, na Itália.

Depois de referir que a participação da delegação portuguesa nesta conferência, além de revelar o seu interesse pelos assuntos nela debatidos, representou também e sobretudo o sinal da “clara adesão de Portugal ao ideal europeu”, o ministro da Administração Interna focou a dimensão plurinacional, em particular à escala europeia, das questões de urbanização, explanando como exemplo o caso particular de Portugal.

Após ter caracterizado o fluxo migratório português, e as influências que tiveram no nosso País o regresso maciço de cidadãos portugueses “como consequência da descolonização”, Costa Brás salientou que a estes factores se devem acrescentar as profundas transformações políticas, económicas e sociais em curso em Portugal.

## O jornalista perante o homem de Letras

(continuação da pág. 1)

simples, foi conscientemente e em espírito de verdade levado a lume.

O destaque conferido à notícia foi aquele que, na altura particular que o país atravessa, considerámos por bem dar-lhe.

A intenção, foi a intenção consciente do *fenómeno* enquanto *notícia* — notícia serena e objectiva que os leitores puderam comprovar.

Não podemos, por isso, sem mágoa, queard-nos no lugar de réu inconsciente a que o prof. Vitorino Nemésio nos quis alancardor.

O jornalista chocou o homem de Letras.

O jornalista vive dos factos.

Um livro como o de Henrique Cerqueira era um facto-notícia que não devia nem podia ser desperdiçado por qualquer jornalista.

Assim o fizemos.

Conscientemente.

Carlos Pina

## A atitude da Redacção

Os elementos da redacção do jornal «O DIA», presentes ontem à noite no seu local de trabalho, depois de ouvirem uma exposição do Conselho de Redacção sobre a publicação do editorial do prof. Vitorino Nemésio, decidiram «apoiar o subdirector na posição tomada» e «ratificar o seu propósito de seguir uma prática jornalística que tenha como lemas a seriedade, o rigor informativo e a não cedência perante quaisquer interesses particulares». O Conselho reservou-se o direito de oportunamente definir, com a exactidão inerente ao pacto social da empresa Rigor e aos termos da Lei de Imprensa, as suas posições quanto ao que entende publicamente exprimir a redacção deste jornal.

## Actividade cinematográfica: «sector em crise»

Na sequência da assembléia geral de trabalhadores efectuada na passada sexta-feira em Lisboa, para discutir a grave situação criada ao sector da actividade cinematográfica pelos decretos recentemente promulgados (e a que já fizemos ampla referência durante o fim-de-semana, no Porto, uma reunião na delegação desta cidade do Sindicato da Actividade Cinematográfica, antecedido por plenário que congregou a afluência de muitas dezenas de trabalhadores de toda a região nortenha.

“A actividade cinema-

tográfica em Portugal é um sector em crise”, afirmou-se, nesta reunião, em que foi também salientada “a forma irrealista e demagógica” como o Governo está a encerrar esta actividade no nosso País.

No fim, foi anunciada a realização de nova assembléia geral, em Lisboa, na próxima sexta-feira, na qual se prevê sejam tomadas importantes decisões quanto a este escaldante assunto que, como afirmámos já, pode pôr em perigo o futuro da actividade cinematográfica em Portugal.

## Jaime Gama preempatório:

### Não haverá remodelação ministerial após o Congresso do P.S.

O dirigente socialista Jaime Gama, deputado à Assembleia da República e membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, declarou ontem no termo da reunião da Comissão Nacional daquele partido, que “não haverá remodelação ministerial” após a realização do Congresso do PS, que decorrerá no próximo fim-de-semana em Lisboa.

O mesmo responsável, respondendo a uma pergunta de um jornalista, afirmou ainda que o dr. Mário Soares “não deixará de ser primeiro-ministro”, mesmo que “não seja eleito secretário-geral do PS”, hipótese que, contudo círculos socialistas adiantam estar fora de causa. Jaime Gama acrescentou também que durante a reunião houve “divergências, mas que fora possível encontrar uma plataforma comum”.

A reunião de ontem da Comissão Nacional, aprovou entretanto o projecto de alteração dos Estatutos a ser presente ao Congresso, o qual foi elaborado por uma comissão nomeada pelo Secretariado Nacional, composta pelos deputados José Luís Nunes e Nuno Godinho de Matos.

Conforme nos declarou no final da reunião um porta-voz do Partido Socialista, as alterações propostas, que a mesma fonte considerou incidirem sobre “questões de promenor”, não respundam a “alterações de fundo político”, devendo ser agora ratificadas na próxima quarta-feira pelo Secretariado Nacional.

O novo texto estatutário, que introduz novas “formas de organização que correspondem à actual função do partido”, altera fundamentalmente as estruturas das Federações Distritais do partido e o modo de eleição da Comissão Nacional, que passará a ser votada pelo método proporcional.